



Em 29 de abril, a Assembleia Geral das/os docentes da UFSCar aprovou o início da greve (Foto: AG no campus São Carlos)

A LUTA CONTINUA!

A categoria docente da UFSCar e a greve nacional da educação federal

Após a greve que mobilizou professoras e professores da UFSCar e de mais de 60 instituições federais de ensino superior (IFES) por todo país, o movimento sindical docente se reorganiza na luta por direitos e em defesa da educação pública.

Confira nesta edição, o balanço geral da greve, as perspectivas e desafios para esse segundo semestre.

Confira nesta edição: _____

A política econômica em detrimento da valorização das/os servidoras/es da educação federal

PAG.03

Entrega da obra de reforma da sede São Carlos será no dia 08 de agosto

PAG. 11

Assembleia Geral da ADUFSCar define comissão para reforma estatutária

PAG. 12



Fernanda Castelano Rodrigues
Presidenta do biênio 2023-2025

EDITORIAL

O exercício da greve como fator de fortalecimento da democracia

Para além de um balanço de supostas “vitórias” ou “derrotas” que tivemos com a greve de docentes federais – há ótimos textos com esse teor divulgados já por nossa Comunicação –, quero deixar nesta edição do Jornal da ADUFSCar o meu depoimento pessoal sobre o que vivi nesse período e como o interpreto.

A greve de 2024 foi, é verdade, extenuante para quem, como eu, esteve na linha de frente da construção do movimento. Mas foi também uma potência renovadora, por sua vibrante energia e por todo o aprendizado acumulado. E é sobre isso que quero escrever aqui.

Sou professora da UFSCar desde agosto de 2008 e nunca tinha vivenciado a construção de um movimento de greve como o que realizamos entre os meses de abril a julho deste ano. Em primeiro lugar, graças ao modo como pudemos debater e deliberar pela participação da ADUFSCar na greve dos docentes de instituições federais organizada por ANDES-SN e SINASEFE, legítimos representantes das categorias de Magistério Superior e EBTT.

Em uma Assembleia Geral (AG) com mais de 400 docentes presentes nos quatro campi da UFSCar, decidimos que nossa entrada na greve se daria em 06 de maio, mais ou menos 20 dias depois do início do movimento em outras IFES. Os momentos de discussão e avaliação da conjuntura política, econômica e social que a Diretoria da ADUFSCar promoveu ainda no mês de abril para difundir informações qualificadas a todas/os as/os professoras/es foram fundamentais para que nossa tomada de decisão em AG se desse

em um clima de tranquilidade e respeito às diferentes posições manifestadas. Já a deliberação pelo encerramento da greve e a retomada do trabalho a partir de 1º de julho, após 56 dias de paralisação, ocorreu em consonância com o movimento nacional e em articulação com as demais categorias grevistas, de modo igualmente democrático e participativo. Acredito verdadeiramente que esse é um dos saldos mais positivos dessa greve: a Diretoria da ADUFSCar foi capaz de demonstrar que somos capazes, é claro que somos capazes, de debater em assembleias presenciais, de manifestar republicaneamente posições divergentes e de tomar decisões por meio de votações em que a vontade expressa da maioria seja tomada como a deliberação a ser respeitada e realizada por todas e todos.

Fizemos uma greve que contou com a adesão de praticamente 100% da categoria docente. Ademais, pudemos realizar o movimento de modo articulado entre todas as categorias da comunidade universitária, algo que há décadas não ocorria na UFSCar. Docentes, TAEs e discentes de graduação e pós-graduação trabalharam para construir calendários conjuntos de atividades da greve nos quatro campi, promoveram reuniões frequentes de seus comandos de greve e participaram de reuniões semanais de negociação com a Administração Superior da universidade.

No caso da categoria docente, de modo muito específico, dado o distanciamento a que estivemos submetidas/os na ADUFSCar, por mais de duas décadas, da verdadeira luta em defesa dos direitos da nossa

classe trabalhadora, a criação de um comando local de greve e a participação no comando nacional de greve nos levaram a reaprender tanto os sentidos de uma greve quanto os modos de se fazer a greve. Por isso, me parece que o saldo político para nossa Seção Sindical e para o movimento da categoria docente como um todo é imenso: presenciamos, por um lado, a aproximação de professoras/es jovens, necessária para sua desejada renovação, e, por outro lado, a reaproximação de docentes já veteranas/os; esse encontro de gerações foi capaz de produzir um intenso intercâmbio de experiências, contribuindo com a formação política de estudantes, TAEs e docentes naquilo que é nossa tarefa crucial: defender a valorização dos serviços e de servidoras/es públicos e a educação pública gratuita, laica, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada.

A construção dessa greve de 2024 também foi particularmente importante para podermos atualizar a imagem do ANDES-SN que circula na UFSCar. Por conta do rompimento do vínculo com o Sindicato Nacional, levado a cabo de maneira irregular a partir de 2006, as/os professoras/es na nossa Universidade não puderam acompanhar o desenvolvimento e as mudanças que se produziram no interior do ANDES e de suas diretorias. Alguns, inclusive, continuam se referindo à entidade com “a” ANDES. Longe de ser pejorativo, a uso desse feminino pode parecer conservador, mas, na verdade, apenas comprova que nosso sindicato é um ente vivo e pulsante, capaz de se transformar ao longo do curso da história recente do

nosso país e do movimento sindical e, portanto, sujeito a movimentos de reconstrução constantes, necessários e desejáveis para que não se cristalizem ou perpetuem práticas políticas e formas de luta que correm o risco de se tornarem anacrônicas. Por isso, quero insistir em um ponto: o modo como entramos e como encerramos a greve de 2024 comprova, por um lado, que esse instrumento de luta continua sendo efetivo para a reivindicação de trabalhadoras/es e, por outro lado, que tanto o ANDES-SN quanto a ADUFSCar têm demonstrado compromisso e responsabilidade tanto com aquelas/es que representa, a categoria docente, como também com as demais categorias da comunidade universitária e com a população em geral.

Por fim, quero me referir ao exercício da greve como fator de fortalecimento da democracia no nosso país. Nossa Constituição Federal e também o Direito Internacional enquadram a greve como parte dos direitos políticos e sociais de toda/o cidadã/ão. O Direito de Greve é também utilizado por organismos internacionais como a ONU como um dos critérios básicos para a definição de um regime como democrático. Pode-se dizer, então, que onde não há Direito de Greve, não há Democracia. De certa forma, nós vivemos essa ausência de ambiente democrático entre 2019 e 2022. Por isso, termos construído uma greve de servidoras/es públicos da educação federal em 2024 é, também, contribuir para fortalecer a democracia no Brasil, uma democracia ameaçada recentemente e que ainda precisamos defender, a todo custo.



EXPEDIENTE

35ª Diretoria biênio 2023-2025



Fernanda Castelano Rodrigues
Presidenta

Marcos Soares
Vice-presidente

André Farias de Moura
1º Secretário

Paula Serrão
1ª Tesoureira

Nataly Lopes
2ª Secretária

Luiz Antonio Tonin
2º Tesoureiro

João Alberto Camarotto e Francisco José Alves (Chiquinho)
Representantes das/os Aposentadas/os

Marcelo Domingues
Representante IFSP campus São Carlos (EBTT)

Klinger Ciriaco
Representante do campus São Carlos

Marco Antonio dos Santos Farias
Representante do campus Araras

Aluisio Finazzi Porto
Representante do campus Sorocaba

Fabiana Cotrim
Representante do campus Lagoa do Sino

O Jornal ADUFSCar é uma publicação do Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior de São Carlos, Araras, Sorocaba e Buri (SP)

Jornalista responsável: Vanessa Presse (MTB 57.492)
Colaboração/Reportagem: Eduardo Rezende Pereira

Projeto Gráfico: Agência 10 Comunicação

Impressão: Fullgraphics

Tiragem: 1000 mil exemplares

Periodicidade: Trimestral

Contato: imprensa@adufscar.org.br

Telefone (whatsapp): 16 99609-4672

● ANÁLISE DE CONJUNTURA



Marcos Soares
Vice-presidente da ADUFSCar

A política econômica em detrimento da valorização das/os servidoras/es da educação federal

Com o fim da greve das universidades e institutos federais, para fazer um balanço que espelhe o que ela significou, é necessária uma análise de conjuntura sobre o governo federal.

Mesmo sem o reajuste reivindicado para 2024, nossa greve conseguiu fazer com que a negociação com o governo nos fizesse, ao menos, aumentar os índices inicialmente propostos para os reajustes de 2025 e 2026, além de sair do patamar de 0% de recomposição do orçamento das IFES, ainda que o apresentado pelo governo seja menos da metade do necessário, segundo a ANDIFES.

Uma das maiores decepções que tivemos foi o fato de o governo não ter concedido nenhum índice de reajuste para as categorias de servidores da educação em 2024, enquanto concedeu reajustes entre 20 e 60% para as polícias, rodoviária federal e federal.

Durante os dias de paralisação, ouvimos muitas pessoas se dizerem espantadas pelo governo Lula ter concedido tais índices de reajuste a categorias que, por exemplo, participaram de uma ação orquestrada no segundo turno da eleição de 2022 que tentava evitar que eleitores/as chegassem aos postos de votação em várias cidades do Nordeste, região onde a votação de Lula tinha sido muito superior à de Bolsonaro já no primeiro turno.

Talvez esse reajuste dado às

polícias federais vá ao encontro da lógica que tem dominado a política salarial e previdenciária no país, desde os anos de 1990, do setor militar. O Brasil conta com aproximadamente 300 mil militares que recebem pensões e aposentadorias, configurando um gasto previdenciário de valores em torno dos 49 bilhões de reais, quanto que com os demais quase 700 mil servidores/as aposentados/as civis, o gasto é da ordem de 46,5 bilhões.

O desequilíbrio é flagrante e a explicação para essa situação talvez seja o fato de muitos desses governos terem evitado possíveis conflitos com um setor que tão presente na política nacional na segunda metade do século XX, quando protagonizou o golpe civil-militar que levou o país a um retrocesso grandioso em vários aspectos da vida em sociedade. Essa conduta que evita o enfrentamento com os militares, no entanto, precisa ser revista, inclusive porque não foi capaz de evitar que, sob o comando de Bolsonaro, um golpe tenha sido articulado com a presença e o consentimento de parte dos militares.

A verdade é que a política salarial e previdenciária de privilégios dada aos militares brasileiros não é, nem de longe, semelhante àquela que recebe o restante dos/as trabalhadores/as, nem mesmo os/as servidores/as públicos/as. Sobretudo a partir do governo “tampão” de Michel Temer, quando foi aprovada a política do Teto de Gastos (EC-95) – uma exigência do mercado financeiro para

que o país continuasse sua rota de superexploração da classe trabalhadora, juntamente com a reforma da previdência e trabalhista – –, temos vivenciado uma política de arrocho: o que estamos vendo desde então é a ampliação das terceirizações e a precarização do trabalho, as privatizações e o desmonte dos serviços públicos, como a educação e a saúde, além de um projeto de desvalorização da figura das/os servidores/as públicos/as.

Pois bem, o fato de o atual governo não ter concedido o reajuste salarial reivindicado para 2024 por servidores/as docentes e técnicos/as administrativos/as também está associado a essa mesma política econômica, o famoso Novo Arcabouço Fiscal. Apesar de ter agora uma nova designação, com um nome menos transparente no significado do que o anterior “teto de gastos”, na prática, seu funcionamento é muito similar.

Se é que ainda pairassem dúvidas sobre essa semelhança, a greve das categorias da educação federal comprovou que se trata da mesma política que visa manter os gastos com a dívida pública (interna e externa), preservar privilégios de setores como o Judiciário (PEC do Quinquênio) e o Legislativo (Orçamento Secreto) e aplicar políticas compensatórias às camadas mais pobres da população. Nesse sentido, mesmo que o governo mantenha a proposta de reajustar o salário-mínimo acima da inflação – algo que tem sido bastante falado pelo Presidente –, sua

política econômica geral não dialoga com a maior parte dos problemas reais da classe trabalhadora brasileira nem com os problemas reais das universidades públicas brasileiras.

A greve também nos mostrou algo muito interessante e que devemos defender nessa conjuntura sobretudo: a necessidade de ganharmos as ruas. As manifestações organizadas pelo ANDES – SN e pelas demais entidades de luta que construíram essa greve, SINASEFE e FASUBRA, não deixaram dúvidas disso. Mais recentemente, com a mobilização contra o PL 1904/2024, conhecido como PL do Estupro, milhares de mulheres foram às ruas das cidades brasileiras para manifestar sua indignação com relação a essa proposta desumana e violenta contra seus corpos e suas vidas. Ganhar as ruas pode ser um mecanismo de fortalecimento da democracia brasileira, de contribuição com a organização e a unidade na luta dos movimentos sociais, estudantis e sindical e de combate ao avanço da extrema direita. Nesse sentido, o exemplo das eleições na França nos mostrou um caminho possível.

Chamemos a unidade entre as seções sindicais nas universidades federais em São Paulo, ADUFSCar, AdufABC e Adunifesp para seguirmos em mobilização pelas pautas que defendemos na greve, contra o avanço das políticas antipopulares e privatistas no Estado de São Paulo e em defesa da universidade pública, dos serviços públicos e dos/as servidores/as públicos!

**SIGA A ADUFSCar
NAS REDES SOCIAIS**

@adufscar



● A LUTA CONTINUA!

A categoria docente da UFSCar e a greve nacional da educação federal

Por Eduardo Rezende Pereira

Entre os meses de março e julho, as/os docentes das Universidades Federais, dos Institutos Federais (IFs) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) estiveram envolvidos na greve nacional da educação federal, reivindicando, dentre outras pautas, a recomposição salarial, a reestruturação das carreiras, o reajuste orçamentário para as áreas da Educação, Ciência e Tecnologia, além de investimentos na permanência estudantil e revogações em políticas antipopulares e de ataque ao serviço público e aos direitos sociais.

Na UFSCar, a categoria docente deflagrou greve em 29 de abril,

e o movimento paredista se estendeu de 6 de maio até 1º de julho. Neste mesmo período, as/os estudantes de graduação e pós-graduação também estiveram paralisadas/os, com reivindicações próprias deliberadas em assembleias. As/os servidoras/es técnico-administrativas/os (TAEs), por sua vez, já se encontravam em greve desde 11 de março.

Em consonância ao movimento nacional, todas as categorias que compõem a comunidade acadêmica da UFSCar estiveram em greve, sendo a participação das/dos docentes um grande marco na mobilização da categoria em múltiplas dimensões, desde a extensão temporal da paralisação, até a forma com

que ela se deu dentro e fora dos quatro campi, em unidade com as outras categorias. Além disso, também representa um importante passo no envolvimento com o movimento docente nacional, diante da reincorporação da ADUFSCar ao Sindicato Nacional das/dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) e a participação de representações locais nos espaços de debate e articulação nacional.

Início da greve docente

Em 15 de abril foi criado o Comando Nacional de Greve pela diretoria do ANDES-SN, e na mesma semana foi realizada uma mesa de negociação com o Ministério de Gestão e Inovação no Serviço Público (MGI), que

foi concluída sem nenhum reajuste salarial e sem avanço nas pautas não-orçamentárias.

Em assembleia realizada em 29 de abril, de forma presencial e conjunta em todos os campi, as/os docentes da UFSCar deliberaram por aderir à greve nacional, com início em 06 de maio. Naquela mesma semana, a Diretoria da ADUFSCar comunicou a reitoria sobre a deliberação da categoria, indicando que as atividades que fossem consideradas essenciais poderiam ser negociadas com o Comando Local de Greve junto à Instituição, a exemplo dos estágios em licenciatura e saúde, e do funcionamento da Unidade de Atendimento à Criança (UAC).

Semana 1

Na primeira semana de greve, a Assembleia Geral convocada pela ADUFSCar, em 06 de maio, tratou do calendário de mobilização, com as primeiras reuniões abertas do Comando Local de Greve com a reitoria. Naquela semana, no campus São Carlos, foi realizada a primeira atividade de greve, em 07 de maio: uma mesa, organizada pelas quatro entidades representativas da UFSCar em parceria com o Movimento Pró-Palestina São Carlos, que tratou da conjuntura internacional, especialmente com relação à guerra promovida pelo Estado de Israel contra o povo palestino.

Nacionalmente, naquela mesma semana, docentes de 50 instituições se encontravam paralisados. Em nível estadual, houve o Ato em Defesa da Educação Federal, que contou com a participação de docentes, TAEs e estudantes da UFSCar, Unifesp e UFABC.

Semana 2

Na segunda semana de greve, foram realizadas assembleias setoriais para tratar dos rumos da mobilização docente e debater acerca do calendário e do fundo de greve, além de plenárias multicategorias para debater as demandas específicas de cada localidade. Em São Carlos, como parte do calendário de mobilizações, membros da comunidade acadêmica, em unidade aos movimentos sociais e entidades sindicais, se somaram ao ato público contra a violência política de gênero na Câmara Municipal.

Naquela mesma semana, houve duas reuniões convocadas pelo Governo Federal junto ao Comando Nacional de Greve para tratar das pautas orçamentárias e não-orçamentárias.

Em Brasília, o ANDES-SN se reuniu com o Ministério da Educação (MEC), em 13 de maio, e apresentou uma contraproposta ao MGI, em 15 de maio, que por sua vez sinalizou que não haveria nenhum avanço na pauta salarial, e pequenos reajustes com relação à pauta da reestruturação da carreira docente. Como medida para conter o avanço da greve nacional, o Governo Federal deu um “ultimato” nas entidades representativas, apontando que as entidades deveriam avaliar a assinatura do acordo até 27 de maio — do contrário, fecharia acordo com quem se apresentasse disposto a assiná-lo.

Semana 3

O calendário de mobilização da terceira semana de greve contou com uma série de atividades culturais e formativas em todos os campi da UFSCar. Em Assembleia Geral, realizada em 23 de maio, as/os docentes rejeitaram a proposta de negociação do Governo Federal e discutiram os termos de uma nova contraproposta, específica para a reestruturação da carreira.

A rejeição à proposta do Governo Federal se deu em âmbito nacional: de 60 assembleias realizadas na base do ANDES-SN, 58 rejeitaram a proposta. Naquela semana, em 21 e 22 de maio ocorreu a Marcha em Defesa da Educação, que percorreu a Esplanada dos Ministérios até o MGI, em Brasília, e contou com a presença de docentes, TAEs e estudantes da UFSCar, além da Marcha da Classe Trabalhadora, reivindicando a defesa e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas.

● A LUTA CONTINUA!

Semana 4

Na quarta semana de greve, houve continuidade das atividades culturais e formativas em todos os campi da Universidade, com reuniões dos comitês locais de greve para traçar um novo calendário de mobilização. A Assembleia Geral daquela semana deliberou propostas para intensificar a comunicação e o diálogo do movimento grevista com a sociedade.

Em Brasília, novas movimentações do Governo Federal agitaram o movimento grevista. Houve rejeição do MGI, em reunião realizada em 27 de maio, à contraproposta apresentada pelo ANDES-SN e pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), com o Ministério firmando um acordo rebaixado com a Proifes-Federação, que vinha defendendo toda e qualquer proposta apresentada por parte do governo.

Semana 5

Na quinta semana de greve docente, quando o movimento paredista completou um mês, a UFSCar sediou, em 7 de junho, o 2º Encontro da Regional São Paulo do ANDES-SN. Ocorrido no campus São Carlos, o evento debateu os desafios da luta popular e do movimento docente diante da conjuntura estadual e nacional. Estiveram presentes representantes de todas as seções sindicais do ANDES-SN do estado de São Paulo.

Em nível nacional, uma série de mobilizações foram realizadas dentro e fora dos campi universitários para sensibilizar a opinião pública e agitar as pautas da greve nacional da educação federal. Em Brasília, representantes dos Comandos Nacionais de Greve e da diretoria do ANDES-SN e do SINASEFE ocuparam o prédio do MGI para que fosse aberta uma agenda de continuidade das negociações.

Semana 6

A sexta semana de greve contou com uma série de atividades de mobilização, tanto de diálogo com a população externa, por meio de ações de panfletagem, como de promoção de debates com a comunidade interna. Com ampla participação e repercussão, em 14 de junho a deputada federal Erika Hilton (PSOL), ex-estudante da UFSCar, participou da mesa “Cadê o dinheiro da universidade? Reflexões sobre política institucional e educação pública”, promovida pelas quatro entidades representativas e pelo comando local de greve, no campus São Carlos.

No início daquela mesma semana, em 10 de junho, o Governo Federal se reuniu com reitoras/es em Brasília e apresentou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) das Universidades, sinalizando aumento da recomposição orçamentária de R\$ 347 milhões para R\$ 747 milhões, bolsas para 100% de estudantes indígenas e quilombolas. No mesmo encontro em que sinalizou esses avanços, Lula (PT) desmoralizou a greve nacional. Este movimento contraditório, alinhado à intransigência do governo nos espaços de negociação, permitiu que o movimento grevista ganhasse mais força. Em reuniões com o MEC e o MGI em 14 de junho, foram sentidos avanços na negociação, com a sinalização da revogação da portaria 983/2020, sobre a carga horária e o controle de ponto eletrônico para profissionais da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT); com a revisão da instrução normativa 66/2022, sobre o prazo de solicitação de progressão de carreira; e a suspensão de recursos judiciais pelo MEC referente ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para pessoas aposentadas.

Semana 7

Na sétima semana, grupos de pesquisa, coletivos e profissionais, entidades representativas e Comando Local de Greve elaboraram uma série de atividades culturais e formativas, incluindo práticas de saúde e formação política, para dar continuidade ao calendário de mobilização.

Naquela semana, houve continuidade do diálogo e avaliação das propostas e contrapropostas apresentadas pelo Governo Federal nas mesas de negociação. Em documento divulgado em 16 de junho, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN destacou que havia certo avanço, dentre outros pontos, nas pautas do reajuste salarial e benefícios da carreira, da recomposição orçamentária das instituições federais e das políticas de permanência estudantil, sugerindo que as bases do Sindicato Nacional iniciassem uma avaliação sobre a continuidade ou fim da greve nacional.

Semana 8

Em assembleia realizada em 18 de junho, a categoria docente da UFSCar definiu o indicativo de construção de uma saída coletiva da greve nacional da educação federal, avaliando que houve conquistas no processo de mobilização, mas que ainda é necessário pressionar o Governo Federal diante das insuficiências das propostas apresentadas nas mesas de negociação. Além desse importante espaço de debate e deliberação, também houve continuidade no calendário de mobilização, com atividades dentro e fora dos campi da UFSCar.

Esta deliberação esteve alinhada ao movimento docente nacional, naquele momento paralisado em 62 instituições de ensino. Houve uma avaliação coletiva de que o Governo Federal apresentou avanços no âmbito da reestruturação da carreira, da recomposição orçamentária, na sinalização de reajustes salariais para os dois próximos anos e da revogação de medidas antipopulares e que afetam o serviço público.

FIM DA GREVE

Em uma nova assembleia em 25 de junho, a categoria docente deliberou pelo fim da greve a partir do dia 1º de julho, totalizando oito semanas de envolvimento com a greve nacional da educação federal.

● ATIVIDADES DE GREVE



Assembleia Geral no campus Araras



Panfletagem e diálogo com a população no centro de Sorocaba



2º Encontro da Regional São Paulo do ANDES-SN realizado no campus São Carlos



Ato em Defesa da Educação em Araraquara, durante a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)



Atividade unificada com as categorias da UFSCar no 2º Encontro da Regional São Paulo do ANDES-SN



Aula Pública com o cantar coletivo em roda "Saberes Confluente na Roda: samba, memória afrodiaspórica, presença e outras sociabilidades", no campus São Carlos



Plenária multicategorias no campus Sorocaba para tratar das pautas da greve



Ato em Defesa da Educação na Avenida Paulista, em São Paulo



Aula Pública "Cadê o dinheiro da universidade? Reflexões sobre a política institucional e educação pública" com a participação da deputada federal, eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e ex-aluna da UFSCar, Erika Hilton



Passeio ciclístico no campus São Carlos organizado pelo coletivo Pedal/UFSCar



Presidente da ADUNIFESP, presidentas da A DUFABC e ADUFSCar no Ato Unificado em Defesa da Educação, em São Paulo



Plenária multicategorias no campus Lagoa do Sino



Aula Pública "Cadê o dinheiro da universidade? Reflexões sobre a política institucional e educação pública", no campus São Carlos



Panfletagem e diálogo com a população no centro de São Carlos



Mobilização do Comando Unificado de Greve das quatro categorias no prédio da Reitoria, no campus São Carlos



Assembleia Geral presencial no campus Sorocaba

● ATIVIDADES DE GREVE



Plenária multicategorias no campus São Carlos



Assembleia Geral presencial no campus Araras



intervenção de estudantes indígenas durante o Encontro da Regional São Paulo do ANDES-SN em São Carlos



Roda de Conversa no campus São Carlos sobre o Projeto de Lei (PL) 1904, conhecido como "PL do Estuprador"



ADUFSCar presente no Ato Unificado das Federais de São Paulo, na Avenida Paulista - SP



Participação das atividades do Comando Nacional de Greve em Brasília-DF

Mobilização organizada pela Federal do ABC, em São Bernardo do Campo



A ADUFSCar participou na Câmara Municipal de São Carlos, do Ato Público contra a violência política de gênero

Debate sobre a guerra promovida pelo Estado de Israel contra o povo palestino, com a presença do jornalista Breno Altman. Evento foi realizado em parceria com o Movimento Pró-Palestina São Carlos



Curso de primeiros socorros às pessoas em situação de sofrimento e com necessidade de apoio em saúde mental, realizado em parceria com a Coordenadoria de Articulação em Saúde Mental da UFSCar (CASM), no campus São Carlos



Assembleia Geral presencial no campus Lagoa do Sino



Ato Unificado das Federais de São Paulo na Avenida Paulista - SP



ADUFSCar presente nas atividades do Comando Nacional de Greve em Brasília-DF



Roda de Choro no campus São Carlos



Outdoor instalado na cidade de Araras



Aula Pública "Se é greve, é greve": reflexões sobre o atual momento das Universidades Federais Brasileiras no auditório do Departamento de Medicina, no campus São Carlos

CATEGORIAS EM LUTA

Unidade e mobilização pós-greve devem ser mantidas

O saldo dos 56 dias do movimento grevista das professoras e professores da UFSCar, os mais de 3 meses de paralisação das/os técnicas/os administrativas/os, além da mobilização das/os discentes trouxeram ganhos de unidade e organização que precisam ser intensificados nos próximos meses, principalmente após a aprovação da Reforma Novo Ensino Médio na Câmara Federal. Temos que estar atentas/os para enfrentar o que está por

vir, como a tramitação da reforma tributária, o retorno da contrarreforma administrativa (PEC 32/2020) e a votação do Plano Nacional de Educação (PNE). Na Universidade, as ações unitárias das categorias junto às entidades representativas (ADUFSCar, SINTUFSCar, DCE e APG) e os Comandos Locais de Greve durante a greve, reforçaram a importância do diálogo e da união de forças acerca das pautas e ações prioritárias em defesa da educação federal.



Unidade das entidades representativas das categorias da UFSCar (APG, ADUFSCar, SINTUFSCar, DCE-Livre)

“

“Nós tivemos uma greve com uma característica bem diferente das outras, que logo de início já teve um número muito grande de universidades. Aqui em São Carlos, estimamos que 80% da categoria paralisou as atividades. E a gente conseguia ter esse parâmetro por conta do número de pedidos que chegavam dos diversos setores para autorização do comando de greve. Avaliamos que avançamos em vários pontos. Então, para nós a greve foi extremamente vitoriosa, não só pela adesão da categoria, mas também pelo resultado que refletiu na negociação da reestruturação de uma carreira que a gente tentava há muito tempo e conseguimos isso e com avanços importantes. Vale destacar que não foi completamente o que a gente queria, mas demos passos importantes para continuar avançando no futuro”.

Vânia Gonçalves, coordenadora geral do SINTUFSCar

“

“Nossa avaliação é que apesar das dificuldades durante a greve que o movimento estudantil geral teve, foi muito vitorioso, e que em conjunto com os trabalhadores conseguimos pressionar o governo Lula. Avaliamos a importância das obras conquistadas na UFSCar, claro, algumas já estavam de fato previstas no PAC, mas realmente foi por pressão da greve, assim como as obras em âmbito nacional são fruto da luta da UFSCar também. A greve foi um ambiente de aprendizado, de movimentação enquanto categoria”.

Juliana Gregório, DCE-Livre

“

A greve na pós-graduação teve uma adesão muito boa desde o início das movimentações, então a categoria entendeu as questões próprias e da conjuntura nacional, estadual e municipal, que têm levado à queda de qualidade para a realização das pesquisas pela falta de investimentos provocada principalmente, pelo novo teto de gastos do governo Lula. Entendemos que tivemos um balanço de greve positivo no sentido de avançar no entendimento da categoria sobre a própria categoria e também no sentido de avançar organizativamente. Não falamos em vitória na pós-graduação, mas avaliamos que foi um avanço para um momento posterior na construção enquanto entidade e nas nossas lutas específicas no que se refere a direitos trabalhistas”.

Marcelo Hayashi, Associação de Pós-Graduandos (APG)

“

“É importante destacar que para grande parte do corpo docente de Lagoa do Sino essa foi a primeira experiência de greve como docente em uma instituição federal. Com esta consideração foi consenso o caráter pedagógico que a greve assumiu, pois nos permitiu ampliar a compreensão sobre a nossa carreira de magistério superior e demais carreiras ligadas a educação federal, assim como sobre as entidades de representação da categoria e seus posicionamentos políticos. Isso implicou em ricos debates e a construção de entendimentos e posicionamentos dos docentes de Lagoa em prol da nossa carreira, sobre sermos uma seção sindical da ANDES e acima de tudo, em defesa de uma educação superior pública, gratuita, de qualidade e democrática”.

Fabiana Cotrim, Representante Campus Lagoa do Sino

“

“Muitas vezes se faz greve não apenas para ganhar algo, mas para garantir que não se perca tudo. O movimento grevista de 2024 obteve vitórias políticas, porém, o acordo econômico não foi tão bom. Por exemplo, o nosso movimento não conseguiu fazer com que o governo mudasse o entendimento acerca do reajuste zero em 2024. Por outro lado, ainda que de maneira tímida, houve a promessa de recomposição dos orçamentos das universidades e Institutos Federais, bem como a promessa de ampliação da educação superior federal. O anúncio do PAC da educação só foi antecipado por conta da força da greve, disso eu não tenho a menor dúvida”.

Aldenor da Silva Ferreira, docente no campus Lagoa do Sino e integrante do Comando Local de Greve Docente

“

“A universidade não é um sonho que se vive sozinho, não é uma experiência individual, ter aula não é um direito pessoal. A universidade deve ser encontro, espaço no qual as experiências possam ser atravessadas pelas do outro, e o coletivo possa ser formado para que o desenvolvimento político seja possível”.

Bruno Augusto da Silva Faria, docente no campus São Carlos e integrante do Comando Local de Greve Docente



Gustavo Seferian Scheffer Machado

“Queremos melhorar as condições de vida da categoria e os serviços que prestamos por meio das universidades, que são imprescindíveis para a sociedade brasileira”, afirma presidente do ANDES-SN

Por Eduardo Rezende Pereira

Em 07 de junho de 2024, sob organização da Diretoria da ADUFSCar, foi realizado, no campus São Carlos, o 2º Encontro da Regional São Paulo do Sindicato Nacional das/dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN). No evento, estiveram presentes representantes da direção do ANDES-SN e de todas as suas seções sindicais nas universidades estaduais e federais paulistas.

Inserido no contexto da greve nacional das/dos servidoras/es da educação federal, o evento contou com discussões sobre a conjuntura internacional, nacional e estadual, e apontou alguns dos desafios ao movimento docente. A realização do Encontro do ANDES-SN na UFSCar é uma marca no momento de reconstrução da ADUFSCar e do alinhamento da entidade às pautas e lutas do movimento docente do ensino superior federal.

Naquela oportunidade, entrevistamos Gustavo Seferian, professor vinculado ao Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (DIT-UFMG) e atual presidente do ANDES-SN. O docente falou sobre a construção da greve nacional da educação federal, sinalizou alguns dos desafios do movimento docente no atual contexto e comentou sobre o retorno da ADUFSCar ao ANDES-SN.

Gustavo, qual era a avaliação feita pelo ANDES-SN do contexto político, ante o novo Governo Federal, antes da construção da greve nacional da educação federal?

Desde 2023, não somente o ANDES-SN, mas o conjunto das entidades representativas dos servidores públicos federais, vem realizando uma campanha salarial com uma série de pautas que não somente se relacionam à questão remuneratória, mas também à revogação de medidas restritivas de direitos e outras agendas, como a reorganização de carreiras e a valorização do serviço público a partir do investimento público em direitos sociais. Acabou que o espaço da nossa campanha foi sendo esgotado, com uma sinalização muito tímida, por parte do Governo Federal, do que poderia ser a recomposição remuneratória

do serviço público federal, em geral, e a nossa [servidoras/es da educação]. Temos, hoje, uma conjuntura que permite a negociação, muito diferente do que havia antes de 2023, com o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Inclusive, o ANDES-SN apoiou a candidatura de Lula (PT)...

Sim. Diversas entidades, e o ANDES-SN não foi exceção, se engajaram para eleger a chapa de Lula (PT) e Alckmin (PSB), sabendo que esse governo não seria das/dos trabalhadoras/es, e que as coisas não viriam fáceis, de mão beijada. Na perspectiva de eleger Lula, percebemos que nós tínhamos melhores condições de luta para reivindicar melhorias no nosso trabalho e salário, e maiores investimentos públicos, de modo geral, com um governo que ambicionava o aprofundamento dos marcos democráticos do nosso país. Isso se mostrou uma realidade, em alguma medida, diante da abertura de diálogo com o movimento sindical. Desde o golpe de 2016 todos os canais de diálogo com o movimento sindical foram fechados. Inclusive sem a perspectiva de realização de reajustes salariais. Ficamos esse período todo com a remuneração congelada, com perdas na capacidade de compra, resultantes da inflação.

A partir dessa leitura, de que sem a luta, num contexto mais favorável, poderia haver uma continuidade das perdas, em que momento se iniciaram as mobilizações desde a base?

Diante da continuidade da falta de perspectiva de reajuste salarial, com a proposta de um reajuste de 0% para esse ano por parte do atual governo, a diretoria do ANDES-SN provocou as bases, nos cadernos de texto que são preparatórios para o nosso 42º Congresso, sobre a necessidade de uma greve. Uma greve que a princípio era do ANDES-SN, articulada com a educação federal, na perspectiva de avançar para uma greve geral do serviço público federal, a ser construída neste primeiro semestre. Percebemos que houve uma grande acolhida. A greve se iniciou com 18 instituições federais de ensino superior paralisadas, e que hoje já atinge uma grande parte dos institutos federais (IFs) e a quase

totalidade das universidades.

Durante o início da mobilização, os representantes do Governo Federal se posicionaram enfaticamente no sentido de não conceder nenhum avanço. Como ficaram as mesas de negociação e as propostas e contrapropostas?

Em duas ocasiões o Governo Federal apresentou propostas distintas, com algumas sinalizações de avanço, que foram rechaçadas pelas bases do ANDES-SN, que as consideraram insuficientes diante da nossa agenda de reivindicações. A mobilização seguiu numa crescente, extremamente vigorosa, mesmo com o Governo Federal tentando estancar a greve com uma postura antissindical, a partir da assinatura de um acordo com a Proifes-Federação, que é uma entidade sem qualquer espécie de representatividade na base e sem registro formal. Mais do que qualquer coisa, isso, inclusive, acalorou as nossas bases. E a partir disso conseguimos arrancar duas reuniões na agenda do governo. O 0% em 2024 para nós não dá, da mesma forma que não podemos aceitar a falta de recomposição orçamentária para as instituições de ensino federal. Isso impacta diretamente nas nossas condições de trabalho, na precarização do trabalho e do ambiente universitário e na permanência estudantil.

Chama muita atenção isso que você destaca, sobre o “crescente” do movimento grevista. Quando olhamos o histórico do ANDES-SN, e analisamos as características da base, isso chama ainda mais atenção. Quase todas as universidades pararam seus trabalhos ao mesmo tempo.

Sim. Esse crescente é fruto do sentimento de indignação da nossa base com a carência de propostas efetivas do Governo Federal às demandas do professorado, com a intransigência e o desrespeito do Governo Federal em negociar com as entidades representativas e com a tentativa golpista de desmobilizar o movimento, firmando um acordo com uma entidade burocrática e paragovernamental, que é a Proifes-Federação. As assembleias que realizamos foram extremamente volumosas. As atuais assembleias tiveram

10, 15, 20 vezes mais professores do que aquelas assembleias que realizamos no último período. Tinham universidades que não paralisavam seus trabalhos desde a década de 1980. Um dos grandes saldos políticos dessa greve nacional é a mobilização intensa.

Inclusive essa mobilização intensa se fez sentir nas bases da Proifes-Federação, na contramão da política adotada por esta entidade. Você caracterizou o acordo do Governo Federal junto a essa organização como uma medida golpista.

Houve a cassação deste acordo fraudulento e golpista, praticado pelo Governo Federal, em uma prática antidemocrática e antissindical, pela Justiça. Isso nos deu mais força no processo de mobilização.

Gustavo, na condição de presidente do ANDES-SN, o que representa o reingresso da ADUFSCar na base desta organização sindical?

Essa decisão que foi tomada pelas bases da ADUFSCar traz uma imensa felicidade àquelas pessoas que se colocam na condição de sindicalistas dispostos à ação unitária e com perfil classista, e representa, também, uma grande vitória para o ANDES-SN, e para o movimento sindical, de um novo tipo de ação e organização sindical que nasce no epicentro da Proifes-Federação. Esses vinte anos de distância da ADUFSCar ao ANDES-SN fez surgir uma série de espantinhos e fantasmas do que é um movimento sindical organizado e mobilizado. Isso se desconstrói com a prática, e a prática que tem se colocado na UFSCar já tem mostrado, dado o tom, dos possíveis e potenciais saldos de um sindicalismo comprometido com a universidade e com a classe trabalhadora. Há uma potência de articulação a partir dessa reincorporação da ADUFSCar no ANDES-SN, que se intensificou nesse processo recente da greve nacional da educação federal. Queremos melhorar as condições de vida da nossa categoria, mas também melhorar os serviços que prestamos por meio das universidades. O que acontece no interior das universidades é imprescindível para a sociedade brasileira, e poder ter as bases da ADUFSCar conosco nos fortalece e nos potencializa.

● APOSENTADORIA EM PAUTA

Contribuição previdenciária de aposentada/os e pensionistas e decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre assuntos de aposentadoria

A aposentadoria é um direito essencial à classe trabalhadora, que no contexto das contrarreformas da previdência social, ao longo dos anos, tem sofrido grandes ataques tanto em relação ao Regime Geral de Previdência (RGPS) quanto em relação ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidor(a) pública(o)s.

Em relação à(o)s servidora(e) s pública(o)s, em 2003, a perda da integralidade do valor da aposentadoria e da paridade entre as remunerações de ativa(o)s e os proventos de aposentada(o)s de uma mesma carreira são exemplos de prejuízos que afetam essa categoria, pela via das contrarreformas.

Além disso, na década de 1990, ocorreram várias tentativas de impor à(o)s servidora(e)s pública(o)s aposentada(o)s e pensionistas a contribuição previdenciária, o que lamentavelmente veio a acontecer a partir de janeiro de 2004, por força do art. 4º da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2023

Essa contribuição passou a ser cobrada da(o)s servidora(e)s pública(o)s titulares de cargos efetivos que se aposentam ou passem a receber pensões por morte da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios em que existem RPPS organizados.

Vale ressaltar que nem todos os entes da federação possuem RPPS (atualmente são apenas 2.116 entes, incluindo a União e o Distrito Federal) e onde não existe este regime organizado, a(o)s servidora(e)s pública(o)s são aposentada(o)s pelo RGPS. Como não existe contribuição de aposentada(o)s e pensionistas pelo RGPS, ficou estabelecido que a contribuição previdenciária da(o)s servidora(e)s pública(o)s aposentada(o)s e pensionistas pelo RPPS deve incidir sobre os valores acima do teto dos valores dos benefícios previdenciários do RGPS, a fim de evitar grandes disparidades entre as regras dos regimes que atingem uma mesma categoria e possíveis demandas judiciais.

A partir de 2003, essa pauta passou a ter destaque nas lutas da(o)s servidora(e)s pública(o)s, inclusive do ANDES-SN, por se tratar de uma situação injusta, discriminadora e que só acontece no Brasil. Trata-se de um verdadeiro confisco salarial que conduziu a várias batalhas administrativas, políticas e jurídicas.

Do ponto de vista jurídico, o Poder Judiciário tem se manifestado, alegando não haver inconstitucionalidade sobre o tema da contribuição previdenciária estabelecida pelo art. 4º da EC nº 41/2003.

No legislativo federal, a luta

prossegue por meio de Propostas de Emendas à Constituição (PEC) que visam abolir essa orientação constitucional.

Em 2006, o dep. Carlos Mota do PSB-MG apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que recebeu o número de PEC 555, que propôs o fim da contribuição previdenciária para aposentada(o)s e pensionistas do RPPS, com efeitos retroativos a janeiro de 2004. Esta PEC nº 555/2006 permaneceu muito tempo em tramitação, sem mudanças significativas de status.

Em 2010 foram aprovados um parecer e um substitutivo de autoria do dep. Arnaldo Farias de Sá (PP-SP) sobre a PEC que alteraram bastante o seu conteúdo, resultado de uma negociação na Comissão de Seguridade Social. Mas, esse substitutivo não foi submetido ao plenário, apesar de estar pronto, desde então, para ser submetido.

Diante disso e do falecimento do dep. Arnaldo Farias de Sá, em 2022, um grupo de entidades de servidora(e)s pública(o)s, desde 2023, se mobilizou para obter 175 assinaturas de parlamentares para submeter uma nova versão da PEC 555. Neste ano de 2024, o quantitativo de adesões foi alcançado e uma nova PEC, sob o número PEC nº 06/2024, foi protocolada junto à Câmara Federal.

Essa PEC nº 06/2024, encabeçada pelo Dep. Cleber Verde (MDB-MA), com novo teor, foi protocolada em 5 de março de 2024, com pedido de apensamento à PEC nº 555/2006 para assegurar agilidade à sua tramitação. Todavia, apresenta um conteúdo muito distante da proposta original, de Carlos Motta, que propôs o fim da contribuição previdenciária de aposentada(o)s e pensionistas, com efeitos retroativos a janeiro de 2024 e também do substitutivo de Arnaldo Farias de Sá, de 2010, que defendia o fim da contribuição escalonada, de modo que entre 60 e 65 anos de idade as contribuições de aposentada(o)s ou pensionistas seriam reduzidas, anualmente, em 20% da contribuição, a fim de que a partir de 66 anos de idade não houvesse mais contribuição.

A Proposta protocolada em 5 de março de 2024 traz novos conteúdos, como o impedimento de criar novos RPPS e, no que se refere ao fim da contribuição previdenciária de aposentada(o)s e pensionistas, a proposta é que essa contribuição não seja exigida quando a aposentadoria ocorrer em decorrência de incapacidade permanente da(o) titular para o trabalho; quando a(o) titular da aposentadoria possuir doença incapacitante; e o seu valor será reduzido em um décimo a cada ano, a partir da data em que a(o) titular do benefício (aposentadoria

ou pensão) atingir sessenta e seis anos de idade, se homem, e sessenta e três anos de idade, se mulher, e deixará de ser exigida, quando a(o) titular do benefício atingir setenta e cinco anos de idade.

Em relação a essa situação, a Diretoria do ANDES-SN manteve-se atenta e orientada pelas decisões congressuais de defesa intransigente do fim da contribuição previdenciária de aposentada(o)s e pensionistas, sem os escalonamentos. Assim, ainda em 2023, solicitou a inclusão do pleito da defesa de revogação de todas as contrarreformas da previdência social na pauta apresentada pelo FONASEFE ao MGI em que consta também o fim da contribuição previdenciária de aposentada(o)s e pensionistas e nas pautas posteriores da greve da educação federal. Ademais, por intermédio do GTSSA, realizou, em 19 de novembro de 2023, reunião com a Dep. Erika Kokay (PT-DF) para tratar sobre o tema reunião e, em 29 de novembro de 2023, com diversas entidades do serviço público federal. Em 21 de maio de 2024, reuniu com a Dep. Sâmia Bomfim (PSOL-SP) para debater estratégias sobre como retomar a proposta original da PEC nos termos da Carta enviada à referida deputada, de 21 de maio; e, em 27 de junho, em audiência pública na Comissão de Participação Legislativa apresentou proposta à(o)s parlamentares pelo fim da contribuição previdenciária sem os escalonamentos constantes nas propostas em debate link da audiência pública: <https://www.youtube.com/live/gpMEc95p1y4?si=dc100gUJaZujhySu>

É importante também destacar que a Emenda Constitucional (EC) nº 103, de 12 de novembro de 2019, tornou a situação de aposentada(o)s e pensionistas mais complexa. Essa EC (nº 103/2019) prevê que diante de uma situação de déficit dos RPPS serão efetuadas contribuições extraordinárias por parte de toda(o)s a(o)s servidora(e)s, independentemente de estarem aposentada(o)s ou não. Essa medida pode vigorar por até 20 anos, corroendo a remuneração de servidora(e)s. Ademais, as alíquotas poderão ser progressivas de acordo com o valor da base dos proventos de aposentadorias e de pensões ou “quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária da(o)s aposentada(o)s e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadorias e de pensões que supere o salário-mínimo”. Essas novas regras, além de atribuírem tratamento diferenciados entre a(o)s que se aposentam pelo RPPS e pelo RGPS, afetarão mais ainda as condições de vida da(o)s servidoras e servidores aposentada(o)s e pensionistas.

Assim, a reivindicação do AN-

DES-SN à Comissão Parlamentar Participativa em 27 de junho de 2024, também estende-se a essas normas constitucionais e pode ser traduzida, sinteticamente, na seguinte reivindicação à(o)s parlamentares: “Apoio e/ou apresentação de Proposta de Emenda à Constituição que se volte para assegurar o fim da contribuição previdenciária ordinária e extraordinária de servidor(a)es pública(o)s aposentada(o)s e pensionistas (o que pressupõe a revogação de artigos da Constituição Federal, a partir das ECs. nº 41/2003 e 103/2019): Revogação o art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, que repercutiu no § 18 do art. 40 da Constituição Federal; e, Revogação do § 8º do art. 9º da EC 103/2019 que equivale ao art. 149, §1º-B e §1º-C.”

Sobre essas novas regras de 2019 é importante informar a respeito do julgamento conjunto realizado pelo Supremo Tribunal Federal em 19/06/2024, que trata de ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que contestam vários aspectos da contrarreforma da Previdência de 2019 (EC nº 103/2019).

As ADIs de números 6.254, 6.255, 6.256, 6.258, 6.271, 6.279, 6.289, 6.361, 6.367, 6.384, 6.385 e 6.916, que abordam vários assuntos importantes para aposentados, pensionistas e servidores em atividade, estão sendo votadas em um julgamento conjunto, agrupadas por tratarem de temas relacionados, como: regras para a aposentadoria dos servidores públicos, alteração das alíquotas de contribuição previdenciária, instituição de um sistema de capitalização/pontos, alterações nas regras de cálculo de benefícios, pensões por morte, entre outros.

Como foi amplamente divulgado, em 19/06/2024 ocorreu o julgamento conjunto das citadas ADIs, em que a maioria dos votos da(o)s ministra(o)s da corte suprema apontou para invalidar a contribuição extraordinária e a contribuição sobre valores superiores ao salário mínimo para aposentada(o)s. Também houve maioria pela inconstitucionalidade das disparidades de tratamento entre mulheres servidoras e do setor privado no que se refere às regras de idade e tempo de contribuição para aposentadoria. Outras situações ainda estão sem definição.

Por fim, é importante registrar que a diretoria do ANDES-SN tem estimulado e participado de debates sobre as situações que envolvem a(o)s aposentada(o)s e pensionistas a partir de solicitações das seções sindicais, tendo o assunto sido pautado nos dois encontros do GTSSA.

Fonte: Documento enviado pelo ANDES-SN às seções sindicais em 09 de julho de 2024

● A CATEGORIA MERECE!

Entrega da obra de reforma da sede São Carlos será no dia 08 de agosto

A Diretoria da ADUFSCar realizará no dia 08 de agosto, a entrega da obra de reforma e ampliação de sua sede administrativa. Localizada no campus São Carlos, o prédio que recebe o nome da primeira presidenta da entidade, Yedda Botelho Salles, abriga a sede desde os anos 90 e, por isso mesmo, a Diretoria tomou especial cuidado para a realização do projeto, visando principalmente, a preservação e a valorização do patrimônio arquitetônico da edificação, que faz parte da memória afetiva de várias gerações de docentes e de toda comunidade da UFSCar.

Conforme deliberação do Conselho Fiscal, o projeto foi executado pelo Grupo Fragalli Construções, que cumpriu o prazo de 150 dias, como previsto no contrato. Ao todo, a obra de reforma inclui melhorias nos ambientes internos, acessibilidade e readequação dos espaços da secretaria, administração, sala da Diretoria e banheiros, além da troca de toda parte elétrica e hidráulica. Também sofreu alteração completa o espaço café, com a construção de um deck, ampliando a luminosidade no local e a área de convivência para as/os docentes, além de pintura da parte interna e externa de toda a sede.

Outro espaço que ganhou uma dedicação especial foi a área externa que dá acesso ao restaurante da ADUFSCar. Em meios às árvores, com instalação de bancos e jardim, o novo local contará em breve, com um trabalho de paisagismo, tornando-o ainda mais charmoso



e aconchegante.

“Estamos com a previsão de término da reforma de São Carlos dentro do prazo e do cronograma estipulado em contrato com a empresa que realizou a obra e em breve, poderemos retomar os trabalhos em nossa sede e inaugurá-la. A sede está ficando tão bonita, tão ampla, tão cheia de luz e certamente vai ser um espaço muito mais interessante para nossas/os filiadas e filiados e principalmente, também será um espaço muito melhor, com condições de trabalho muito mais adequadas para as trabalhadoras”, comemora a presidenta da ADUFSCar, profa. Fernanda Castelano Rodrigues.

Memória

O projeto de reforma foi aprovado integralmente no mês de agosto de 2023 pela Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico (SeGEF). Em novembro do mesmo ano, o Conselho Fis-

cal da ADUFSCar se reuniu para analisar a documentação do projeto (planta, planilha descritiva, orçamentos, planejamento de etapas e prazos para execução) e deliberou pela aprovação do orçamento da empresa para a realização da obra.

Uma avaliação técnica detalhada da infraestrutura física foi realizada no final de 2021, quando foram diagnosticadas questões estruturais que exigiam manutenção e melhorias para garantir a segurança de quem utiliza o espaço. Ademais, também pautaram o projeto a necessidade de ampliação das áreas de trabalho da equipe da ADUFSCar e de socialização para nossas/os associadas/os.

Em Araras, reforma da sede entra na etapa final

As/os docentes no campus de Araras também terão em breve, um espaço totalmente modernizado, acolhedor e funcional. A obra, iniciada em abril,

entra neste mês de agosto em sua última etapa, com a parte de acabamento e logo após, o mobiliário. Até o início de outubro a Diretoria espera poder concluir a reforma e entregar às/aos associadas/os um novo espaço para o trabalho sindical e atendimento à categoria.

“Estamos completando três meses de obra e já dá para ver que está ficando muito bacana. Toda a parte de estrutura como banheiros, calçamento, entrada, adaptação de acessibilidade foram concluídas, e já estamos num momento de acabamento, de finalização. Temos aí mais uns dois meses para a conclusão da obra, mas está caminhando dentro do cronograma previsto. Estamos bastante animados e felizes com o resultado e esperamos que logo possamos convidar todas/os para nossa inauguração”, explica a representante da ADUFSCar no campus Araras, profa. Nataly Lopes.

● TRANSPARÊNCIA

Prestação de contas mensal está disponível no site da ADUFSCar

A previsão orçamentária aprovada pelo Conselho Fiscal e os balanços mensais da prestação de contas estão disponíveis no site da ADUFSCar. Essa seção ficou alguns meses desatualizada na página, devido a reformulação e transferência de dados para o novo

sistema de contabilidade contratado pela entidade.

Em 2023, a Diretoria contratou uma auditoria das contas da entidade, a fim de garantir verdadeiro cuidado e responsabilidade na execução dos recursos provenientes da contribuição

mensal das/os associadas/os.

Neste ano, com a contratação da nova empresa de assessoria contábil – Asteca Contabilidade – a ADUFSCar passou a contar com um novo modelo de gestão financeira, priorizando a política de administração como

parte integrante e indispensável da ação sindical, mas principalmente, que referenda o cumprimento do compromisso assumido por essa Diretoria em realizar uma gestão responsável, transparente e zelosa dos recursos das/os associadas/os.

● AÇÕES JUDICIAIS

Novos processos judiciais contra a ADUFSCar

A ADUFSCar está respondendo a duas novas ações judiciais, desta vez trabalhistas, movidas por trabalhadoras que fizeram parte da equipe da entidade. No final do ano passado, logo após a eleição sindical na entidade, a Diretoria recebeu a notificação dos dois novos processos.

A primeira ação está sendo movida por uma ex-funcionária que exercia função administrativa e que alega irregularidades em seu extinto contrato de trabalho, solicitando supostas horas extras e alegando suposta doença ocupacional. O valor total de indenização requerido é de aproximadamente R\$ 167 mil reais. A Diretoria da ADUFSCar contestou a ação. Em audiência preliminar, não houve proposição de acordo pela entidade e, como a parte da requerente tendo solicitado que o processo tenha continuidade de modo presencial, foi agendada nova audiência para julho de 2025. Tendo em vista a alegação de doença ocupacional, uma perícia médica deverá ser realizada.

A segunda ação trabalhista foi movida por uma ex-funcionária que exerceu a gerência administrativa na entidade. Também solicita supostas horas extras e diferenças salariais decorrentes de recomposição salarial, multas dos artigos 467 e 477 da CLT decorrentes de suposto erro no

pagamento de seus direitos quando de seu desligamento e honorários advocatícios. A Diretoria da ADUFSCar também contestou essa ação. A trabalhadora não compareceu à audiência preliminar e o juiz concedeu um prazo determinado para a apresentação de justificativa de sua ausência; foi anexado ao processo um atestado de saúde de pessoa diversa, com o intuito de comprovar que a requerente era acompanhante, o que levou a assessoria jurídica da ADUFSCar a pedir o arquivamento da ação.

Ação trabalhista encerrada com conciliação

Em agosto de 2023, a primeira ação judicial trabalhista movida por um antigo funcionário da entidade foi encerrada com uma proposta conciliatória aceita pelas partes envolvidas. No processo, o ex-assessor de comunicação apontava várias irregularidades no contrato de trabalho que possuía com a ADUFSCar desde outubro de 2009.

A Diretoria do biênio 2021-2023 trabalhou com o ex-funcionário por apenas 6 meses e a maior parte desse período por meio de trabalho remoto, devido ao contexto da pandemia de COVID-19. Diante do apelo do juiz encarregado do processo, chegou-se a uma proposta conciliatória. Na ocasião, a profa. Fernanda

Castelano Rodrigues, presidenta da ADUFSCar, registrou seu constrangimento diante do fato de que, sendo dirigente de uma entidade sindical que tem como princípio fundamental a defesa da classe trabalhadora, teve que responder a essa ação que apontava para possíveis desrespeitos ao trabalhador e à legislação trabalhista brasileira praticados por antigas gestões da entidade. Nesse sentido, é fundamental reafirmar que a Diretoria da ADUFSCar reconhece e defende o direito legítimo de toda/o trabalhador(a) de reivindicar seus direitos reconhecidos pela legislação trabalhista pela via judicial.

Motivação política das ações contra a ADUFSCar e as Diretorias dos biênios 21-23 e 23-25

As Diretorias da ADUFSCar dos últimos dois biênios também enfrentam tentativas de criminalização com a judicialização da luta sindical, sendo alvo de três ações impetradas por membros da oposição à atual Diretoria. Duas dessas ações já foram julgadas em 1ª instância, com vitória das diretoras e dos diretores, que haviam sido processados individualmente.

Em março de 2024, durante o 42º Congresso do ANDES-SN, em Fortaleza(CE), as/os docentes de se-

ções sindicais de todo o Brasil aprovaram um moção de solidariedade à ADUFSCar e repudiaram a ação daquelas/es que não aceitam práticas verdadeiramente democráticas e a tentam deslegitimar as decisões coletivas da ADUFSCar, tomadas a partir de deliberações realizadas em assembleias.

As duas novas ações movidas por trabalhadoras que integraram a equipe da ADUFSCar contêm indícios de que, por trás da reivindicação de indenização por supostas irregularidades em seus contratos ou pagamentos recebidos, está uma tentativa de desestabilização da atual Diretoria, considerando inclusive os vínculos e relações pessoais sabidamente existentes entre essas trabalhadoras e o grupo de oposição que vem se utilizando da judicialização para promover a criminalização da luta e das lideranças sindicais que atualmente dirigem a entidade. Essa forma de conceber a luta sindical é característica de uma lógica autoritária que ressurgiu nos últimos anos na sociedade brasileira e, infelizmente, também no movimento docente. A Diretoria da ADUFSCar biênio 2023-2025 repudia veementemente essa forma de atuação, por acreditar que é nociva para a democracia e os princípios republicanos que devemos sempre defender.

● SEÇÃO SINDICAL

Assembleia Geral da ADUFSCar define comissão para reforma estatutária



Por conta da reincorporação ao ANDES-SN enquanto seção sindical, aprovada em Assembleia Geral em junho de 2023 e formalizada no 42º Congresso da entidade em março deste ano, a ADUFSCar precisa realizar uma reforma estatutária para adequar pontos conflitantes de suas normativas ao Estatuto do Sindicato Nacional.

Na Assembleia Geral realizada em 10 de julho de forma presencial e conjunta com todos os campi, a presidenta da ADUFSCar, profa. Fernanda Castelano Rodrigues, destacou que desde o mês de março, quando a entidade foi reativada enquanto seção sindical do ANDES-SN, a Diretoria tem trabalhado em consonância com o Estatuto do Sindicato Nacional e tomado conhecimento dos principais pontos que precisam ser alterados no estatuto da ADUFSCar. “Busca-

mos, com essa AG, constituir uma comissão, que não é deliberativa, para elaborar e apresentar uma proposta de um novo estatuto, que será submetido a votação em uma nova assembleia”, explicou.

De acordo com o professor André Farias de Moura, 1º secretário da ADUFSCar, o estatuto da ADUFSCar, quando comparado ao regimento de uma seção sindical, apresenta muitas semelhanças, não sendo necessário reescrevê-lo. “Precisamos partir do atual estatuto e fazer modificações para deixá-lo de acordo com o estatuto do ANDES-SN. Em geral, o texto base que temos é suficiente, retirando apenas aquilo que é conflitante com o ANDES-SN e já existe um trabalho em andamento, por parte da Diretoria, com alguns pontos de alteração e adequação já identificados”, ressaltou.

A assembleia deliberou por uma comissão formada por quatro membros, presidida pelo vice-presidente da ADUFSCar, o professor Marcos Soares. Fazem parte da comissão os docentes André Farias de Moura, Daniel Vendruscolo, vinculados ao campus São Carlos; a docente Nataly Carvalho Lopes,

Representante do campus Araras; e o docente Aldenor da Silva Ferreira, vinculado ao campus Lagoa do Sino. Essa comissão terá 45 dias para apresentar uma proposta de adequação que será apresentada em Assembleia Geral e submetida a apreciação e deliberação pela base de filiadas/os da ADUFSCar.

● EQUIPE

Diretoria concede reajuste salarial para trabalhadoras da ADUFSCar



No mês de junho, ao término da greve docente federal, a Diretoria da ADUFSCar se reuniu com as trabalhadoras das sedes de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino, para tratar do reajuste salarial anual e benefícios.

O valor acordado para esse ano foi 3,93% de reajuste sala-

rial e aumento de 10% no ticket alimentação, benefício incorporado em julho de 2023, após a implantação de um calendário de reuniões permanentes com a equipe para escutar as demandas e compartilhar propostas e soluções para melhorar as condições de trabalho.


ARTIGO ESPECIAL

Homenagem a Betty Antunes De Oliveira

Por Dermeval Saviani

Betty Antunes de Oliveira foi professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desde a fundação da universidade, em 1968, onde se destacou, entre outros motivos, pela criação e coordenação do Programa de Alfabetização dos Funcionários (PAF) ao ter constatado que, entre os vários trabalhadores que cuidavam do amplo e aprazível campus da universidade, havia vários analfabetos. Esse trabalho foi muito impactante, o que pode ser ilustrado pelo seguinte depoimento de um trabalhador que, ao ser treinado para manejar o lápis e a caneta em seu processo de alfabetização, exclamou: “Eu não sabia que o lápis pudesse ser mais pesado do que a enxada!”. De fato, ele havia dominado a coordenação motora grossa, necessária para manejar a enxada, o que ele fazia diariamente sem nenhuma dificuldade. No entanto, para manejar o lápis e a caneta, é necessário ter o domínio da coordenação motora fina. E isso só se adquire mediante um processo de aprendizagem, dando razão à afirmação de Gramsci, segundo a qual: “Deve-se convencer a muita gente que o estudo é também um trabalho, e muito fatigante, com um tirocínio particular próprio, não só muscular-nervoso mas intelectual: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e mesmo sofrimento”¹.

Na condição de docente da universidade, Betty se inscreveu, em agosto de 1972, no Programa de Mestrado em Filosofia da Educação do Instituto Educacional Piracicabano que veio a se transformar na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Como estudante, destacou-se pelo grande empenho nos estudos e nas pesquisas, tendo sido a primeira aluna do referido Programa de Pós-Graduação a defender sua dissertação de Mestrado, sendo, assim, minha primeira orientanda a concluir sua pesquisa defendida no dia 18 de novembro de 1974, coincidentemente a mesma data da de-

fesa de minha tese de Doutorado ocorrida três anos antes, em 18 de novembro de 1971.

Concluído o Mestrado, mediante a defesa da dissertação que versou sobre *Implicações filosóficas da tecnologia educacional: uma experiência brasileira, ela obteve bolsa de estudos do Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD) – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – para realizar o Doutorado na Alemanha, tendo retornado ao Brasil em 1978 para complementar as pesquisas de sua tese a ser defendida na Universidade de Kassel. Coincidiu que, tendo sido iniciado o Doutorado em Educação: Filosofia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no segundo semestre de 1977, em 1978 ministrei no referido Programa a disciplina “Teoria da Educação”. Betty, então, aproveitou para se inscrever nessa disciplina. Acompanhando a evolução de seus estudos e pesquisas, fiz a ela a seguinte proposta: “Por que você, em lugar de retornar à Alemanha levando os créditos obtidos aqui para defender sua tese, não faz o contrário? Ou seja: você traz os créditos obtidos lá, completa os estudos, defende sua tese e retorna à Alemanha para um pós-doutorado”. Ela achou uma ótima ideia e completou sua pesquisa tendo defendido sua tese de Doutorado sobre Política de Formação de Professores do Ensino Superior: crítica de seus pressupostos (o binômio ‘Segurança e Desenvolvimento’ em função de seus resultados) no dia 21 de setembro de 1978 com o que se tornou, também, a primeira estudante a defender sua tese de Doutorado no referido Programa da PUC-SP e, igualmente, minha primeira orientanda de Doutorado a defender sua tese. Dessa sua tese resultou o livro *O Estado autoritário brasileiro e o Ensino Superior*, publicado em 1980 pela Editora Cortez/Autores Associados, de São Paulo.*

Concluído o Doutorado, Betty retornou à Alemanha e realizou pós-doutorado na *Ge-*

samthochschule Kassel – GHK [Universidade de Kassel], entre 1978 e 1980, tendo me confiado que minha proposta havia sido mesmo boa porque, tendo retornado já com o Doutorado, ela passou a ter um tratamento bem diferente, pois ela já não era considerada simplesmente como uma aluna, mas como uma colega: um “Herr Lehrer” (Senhor Professor) ou, no feminino, uma *Fräulein Lehrerin* (Senhora Professora).

Entre as várias produções acadêmicas de Betty, destaco a entrevista que fez com Álvaro Vieira Pinto, fundamental e importante filósofo brasileiro que, infelizmente, é pouco lembrado nos nossos meios intelectuais, provavelmente pela radicalidade de sua perspectiva crítica. Tendo sido figura exponencial do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi alvo da perseguição do regime militar, o que o conduziu ao exílio em setembro de 1964. Dirigiu-se primeiro à Iugoslávia, então uma República Socialista Federativa. Poliglota que era, dominava o Servo-Croata, idioma desse país onde passou um ano vivendo a amarga experiência do exílio. Em seguida, transferiu-se ao Chile, onde produziu vários trabalhos, entre eles a versão em espanhol de Sete lições sobre educação de adultos. Em 1977, eu soube que ele estava morando no Rio de Janeiro, uma vez que as saudades do Brasil o levaram a retornar em fins de 1968, recolhendo-se em seu apartamento e dedicando-se silenciosamente a redigir os manuscritos de um conjunto de obras em grande parte ainda inéditas. Fiz com ele uma entrevista em 1981. Sua preocupação explícita com a questão pedagógica ficou evidenciada no depoimento que ele concedeu em uma entrevista exatamente à Professora Betty, em 13 de março de 1982. Essa entrevista, assim como aquela que fiz com ele, se encontra publicada como Introdução ao livro *Sete lições sobre educação de adultos*, na segunda edição que providenciei em

1984, pela Editora Autores Associados/Cortez, cujo texto, em português, foi revisto pelo próprio autor, Álvaro Vieira Pinto, que fez estampar, na página de rosto, a seguinte dedicatória: **“Dedico este livro à Professora Betty Antunes de Oliveira, cuja dedicação ao trabalho de educar adultos merece admiração e respeito”**.

Em suma, Betty, em sua simplicidade, foi uma pessoa muito culta que, infelizmente, nos deixou recentemente, no último dia 25 de junho deste ano de 2024, aos 84 anos de idade, completados no início deste mês, no dia 4 de junho. Lamentamos muitíssimo perder uma companheira tão valorosa que, a par de consistente formação filosófica obtida no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e no Curso de Música da Escola de Música, ambas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi uma pluriartista com pleno domínio dos clássicos das artes, em especial da música e da pintura, pois foi exímia pianista e excelente pintora, tendo, entre outras obras, ilustrado magistralmente o livro de poemas *Rosas do Tempo*, de autoria de Maria Aparecida Dellinghausen Motta, publicado em 2007 pela Editora Autores Associados, de Campinas. Além disso, cursou, também, o Mestrado em Música e curso de pintura “óleo sobre tela”, frequentou salões de arte como expositora e obteve premiações com as telas “Cozinha Antiga” e “Fundo de Quintal”.

Com esta singela homenagem, queremos deixar a todas as companheiras e a todos os companheiros um registro, que desejamos seja perene, da memória de Betty Antunes de Oliveira, imortalizando sua contínua luta, que também é a nossa, por um planeta íntegro, no qual todos os povos possam viver em plenitude com o acesso de todas as pessoas à mais alta cultura filosófica, científica, artística e literária.

BETTY ANTUNES DE OLIVEIRA, PRESENTE!

Publicado na revista *Práxis Educativa*

1. Da obra *Cadernos do cárcere. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*, publicado pela editora Civilização Brasileira, 2ª ed., 2001, p. 51.

● **EVENTOS**

Confraternizações juninas reúnem docentes nas sedes da ADUFSCar



SEDE ARARAS



SEDE ARARAS



SEDE ARARAS



SEDE ARARAS



SEDE LAGOA DO SINO



SEDE LAGOA DO SINO



SEDE LAGOA DO SINO



SEDE LAGOA DO SINO



SEDE SÃO CARLOS

No mês de junho, as/os docentes de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino participaram do Arraiá da ADUFSCar, um dos eventos mais aguardados pelas/os nossas/os associadas/os.

Mais uma vez, as ativida-

des festas tiveram grande participação da categoria, em todos os campi. Sempre organizados com muito carinho, os eventos contaram com música ao vivo, diversão para a criançada, comidinhas e bebidas típicas, e muita animação.

Em São Carlos, a 1ª tesoureira da ADUFSCar, profa. Paula Serrão, destacou que após mais de 50 dias em luta, o evento de confraternização também simboliza a unidade e participação histórica da categoria na greve

nacional da educação federal. E reafirmou que a greve acabou, mas que a luta por direitos, valorização da carreira docente e por uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade continua.



SEDE SÃO CARLOS



SEDE SÃO CARLOS



SEDE SÃO CARLOS



SEDE SÃO CARLOS



SEDE SÃO CARLOS



SEDE SOROCABA



SEDE SOROCABA



SEDE SOROCABA



SEDE SOROCABA



Seleção de Wilson Alves-Bezerra
Docente no Departamento de Letras -
UFSCar São Carlos, escritor e tradutor

LEIA TAMBÉM

Animalidades

Na noite de 19 de julho, o poeta e editor peruano John Martínez Gonzáles realizou um recital de poesia na Casa Astarté, um espaço cultural no centro histórico de Lima. Daquela apresentação recolhi e traduzi textos de três poetas, duas peruanas e uma chilena, para esta edição do jornal da ADUFSCar. Os três poemas colocam em cena a animalidade, em perspectivas e formas diversas. Lupercália, poema da limenha Úrsula Alvarado, vem do nome de uma festa da Roma Antiga, por saúde e fertilidade. O poema Eu galinha, de Karo Castro, faz parte de livro de mesmo nome e é inspirado na história de Corina Lemunao, criança autista que foi relegada pelos pais a viver no galinheiro da casa, nos anos 50, em Lonquimay, no Chile. O poema Experimento com sapo, de Karina Valcárcel, que retoma a histórica dos contos de fada em que o sapo pode virar um príncipe, encerra esta breve seleção.

Lupercália

Quando o jogo é proibido para nós, é preciso se adaptar
lançar os dados ou entrelaçar os dedos?
Meu sorriso macabro de corpo que jaz
não afugenta minha sede de mar
nem de amar.

Íons primigênicos nascem-me do pé das costas
mas da pele eriçada nada resta.
Um gemido por pudor sufocado
certifica a cura das minhas escaras.
Peço permissão para me desdobrar e viver um pouco,
posuo o espírito de um animal lúdico
que à meia noite
abandona suas pernas mortas na cama.

Licantropia

mulher a ponto de ser lobo ou fera que se humaniza?

Em aromática retribuição à ausência de carne
sonho com frutos pecaminosos,
mas essas sementes não podem me fecundar.

Trepanações necessárias.
Se eu precisar de distração,
arranco meus olhos.

Úrsula Alvaradao Noblecilla (Lima, 1979)

Eu galinha

Perambulo entre milharais com o couro queimado
Faminta hedionda
enlameada até os pés
Me sepultaram aos quatro anos com as asas dobradas
Sem mais comida que minhocas e moscas
e penas / muitas penas para saciar o voo
Eu galinha olho silencioso
pestanejo bicando
Eu galinha embrião reflito minha herança
gemer / cacarejar / gemer / cacarejar
Conheço a linguagem dos pássaros
Sugo o vazio a partir do meu polegar
Eu galinha menina
Menina ave / Menina sem voz
Menina cacareja menina
Eu galinha me faço
Me reconheço no esquecimento
da página de um jornal nos anos noventa.

Karo Castro (Santiago, 1982)

Experimento com sapo

Não vista nem beije o sapo, guarde suas expectativas para sonhos
que não venham das telas.
Sonhe, por exemplo, com um jantar morno de fumaça ondulante e
aromática que viaje até você como uma carícia, que te faça suar a
língua e morder a fronha e pense no homem ou na mulher que foi
comprar batatas no mercado, que picou com paciência cada verdu-
ra, cada pedaço de carne, que colocou água numa panela ou óleo
numa frigideira pensando em seu deleite, em seu rosto satisfeito e
agradecido.
Ou sonhe, se preferir, com uma cama grande e a ausência desse
corpo à direita, a conchinha incompleta de suas pernas, porque os
dois trabalham em períodos diferentes, então sinta-se aliviado de
poder rolar por todo esse colchão velho e macio, sinta-se aliviado
de poder aproveitar a ausência desse outro que é também você,
sinta-se aliviado de saber que seu retorno é a única promessa sem-
pre cumprida.
Pare de olhar com desejo para o sapo, pare de molhar os lábios
e sonhe com uma tarde dourada deitado num lençol de grama
recém cortada onde as melhores distrações sejam uma revoada
carniceira num céu dançarino, um cara acendendo um baseado,
um homem de parapente, um irrigador descontrolado que molhou
um cachorro, o último gole de cerveja / o beijo de alumínio que
espanta o barulho do agora distante trânsito limenho.
Sonhe com tudo o que é possível sem se sentir culpado, aproveite
essa pequena e útil certeza de que todos os sonhos serão realida-
de, porque eu consigo tudo, porque você consegue tudo, desde
que pare de tentar beijar o sapo e faça nele a incisão correta no
meio da barriga para descobrir o que tem dentro.

Karina Valcárcel (Lima, 1985)

CONHEÇA OS CANAIS DE

Acompanhe e fique por dentro de tudo!

COMUNICAÇÃO DA ADUFSCar



ACESSE, CURTA E COMPARTILHE

Site www.adufscar.org.br

Facebook @adufscar

Instagram @adufscar



OUÇA

Programas Fala, Docente! e Saúde e Trabalho

Rádio UFSCar FM / Site ADUFSCar / Spotify / Youtube Music / Deezer



ASSISTA

Youtube: @adufscar-oficial

Atualize seu e-mail
e receba os Informes da ADUFSCar
Email: imprensa@adufscar.org.br



(16) 996094672



ADUFSCar
Biênio 2023-2025



Comunicação ADUFSCar
Conta comercial do WhatsApp



FAÇA PARTE DO NOSSO
CANAL NO WHATSAPP
e receba todas as notícias da
ADUFSCar no seu celular